

Por um sindicato dos docentes que valorize a base



Por **VALTER LÚCIO DE OLIVEIRA***

O contexto da greve é o momento mais propício para se discutir as diversas dimensões da luta sindical docente

1.

A luta sindical docente tem na greve o seu auge. Queiram ou não, todos os docentes se veem envolvidos num processo conduzido pela direção sindical eleita para representá-los, sejam ou não sindicalizados. É o momento de maior acirramento e medição de forças entre as diversas partes envolvidas e é quando o movimento sindical alcança uma visibilidade que em nenhum outro contexto alcançará. Mas este momento carrega certo paradoxo. Diante de tal exposição é preciso transmitir e demonstrar coesão e força frente ao conjunto da sociedade e, sobretudo, frente a quem está na posição de negociador. Mas é também o momento que mais se explicitam suas fragilidades e contradições.

Boa parte dos docentes que raramente se envolvem ou se interessam pelas questões sindicais passa a também se mobilizar, seja para fortalecer a direção que conduz a greve, seja para expô-la às diversas críticas e, até mesmo, sair da imobilidade e se engajar na construção de uma alternativa para as eleições sindicais futuras. Nesse sentido, o contexto da greve é o momento mais propício para se discutir as diversas dimensões da luta sindical docente.

Mas é, ao mesmo tempo, o momento menos propício para se aprofundar em tais questões, pois é quando todos os lados, e particularmente os que dirigem o movimento, estão pouco dispostos a inovar e avançar nessas questões fundamentais. O que predomina é sempre uma abordagem muito reativa, um esforço por expor certezas, evitar a dúvida e não reconhecer qualquer elemento que possa abrir algum flanco do movimento.

De todo modo, não será em outro momento que estaremos tão envolvidos com a premência destes temas que o contexto atual explicita. E, para mim, expor e fomentar essa discussão tem o sentido de fortalecer o nosso sindicato e torná-lo o mais representativo possível. Por isso agradeço mais uma vez ao site **A Terra é Redonda** por ter se tornado o fórum principal desses debates. Também agradeço ao meu colega o professor Lucas Trentin Rech pela interlocução.

2.

Dos [comentários](#) feitos por Lucas Trentin Rech ao [meu texto](#) anterior gostaria de apontar, inicialmente, que meus questionamentos, inspirados pela citação de Marx que meu colega trouxe em seu primeiro texto, não eram direcionados a ele e nem esperava dele uma resposta. Eram perguntas abertas e problematizadoras. Como acentuei, eram reflexões ensejadas por aquela citação. Portanto, as ponderações que fiz em relação aos diversos efeitos da greve, trazendo evidências empíricas do posicionamento das famílias, também não visavam apresentar uma resposta àquela pergunta:

quem são nossos patrões e nossos inimigos?

Visavam expor o quanto nossa realidade como docentes universitários do serviço público é complexa. Era, realmente, um chamado à reflexão. E me parece evidente que não faz sentido dizer que nossos patrões (e menos ainda nossos inimigos) são os alunos e suas famílias ou a sociedade em geral, simplesmente porque nossos salários são frutos dos impostos que estes pagam e porque são a eles que servimos. Mas eles também são partes importantes desse processo que uma greve gera. Ignorar ou abstrair isso também é um erro.

É verdade que ao menos parte dos discentes não são ignorados. Como mencionei no meu texto anterior, praticamente 100% da pós-graduação segue funcionando como se não tivesse nada a ver com o que está acontecendo. Sei de alguns professores grevistas que chegaram a fazer consultas a seus estudantes para saber se deveriam parar ou seguir com as disciplinas. Nos casos que tomei conhecimento decidiram, evidentemente, seguir com as aulas. Isso numa universidade em que, ao menos em termos protocolares, os três segmentos estão em greve.

O que mais me incomoda nisso é ver que uma greve, pode, paradoxalmente, reproduzir na universidade o que já vigora na sociedade: quem tem mais, terá ainda mais, quem tem menos terá menos ainda. Se as aulas da pós-graduação fossem completamente interrompidas com a greve, nem de longe produziria efeitos tão danosos aos discentes e seus familiares quanto produzem, por exemplo, aqui na UFF, no colégio de aplicação (o Coluni) e na Creche, ambos 100% paralisados há dois meses.

Produziria efeito menos danoso até mesmo se comparado aos efeitos produzidos na graduação, sobretudo considerando o perfil socioeconômico atual dos nossos estudantes e suas famílias. Mas, é curioso notar, que mesmo entre os grevistas mais radicais há uma naturalização de que as aulas na pós-graduação podem seguir ininterruptas.

Retomando a questão de saber quem são nossos patrões e inimigos, a resposta apresentada por meu colega me parece simplificar essa realidade. E lamento que tenha forçado qualquer associação entre meu texto e o posicionamento de Carlos A. Sardenberg, jornalista que considero entre os mais incompetentes e desonestos intelectualmente. Me lembro até hoje de quando escutei atônito seu comentário na rádio CBN em que ele quis debitar na conta do Lula a crise pela qual a Grécia passava em 2015, simplesmente pelo fato do Lula ter se reunido e, segundo ele, influenciado o Tsipras (primeiro-ministro do país à época). Sardenberg é a expressão máxima de um antipetismo alucinante.

Como disse acima, sua afirmação parece se inserir numa lógica de que a resposta precisa ser certa e conjugada aos interesses do movimento. Mesmo que apenas um pouco mais sofisticado que Carlos A. Sardenberg, dizer que nosso patrão é o Estado (“no atual regime de governança orçamentária”), não me parece resolver a questão. Desde o início da greve ficou claro que o único alvo dos dirigentes sindicais era o executivo e, mais especificamente, o governo Lula. Posicionamento parecido ao que ocorreu naquela longa greve de 2015, na antessala do golpe contra a Dilma Rousseff. Parecia que o legislativo não contava naquela ocasião e continua não contando agora.

Mais recentemente, especialmente diante da assinatura do acordo com o Proifes, os dirigentes do Andes fizeram uma gestão junto a integrantes do legislativo, mas não como parte desse “Estado” responsável por solucionar o problema, apenas como intermediários poderosos na pressão pela reabertura das negociações. Focaram, inclusive, nos parlamentares do PT e do Psol. Até representantes dessa extrema direita cínica viu aí uma oportunidade fácil de surfar na onda. Claro, é fácil para um “parlamentarismo sem ônus” colocar tudo na conta do executivo e ainda contar com um empurrãozinho do movimento sindical.

Aliás, esse tipo de leitura que foca neste ente desencarnado, “o Estado”, que, para meu colega parece ser simplesmente um gerente dos interesses do capital, acaba fortalecendo um discurso do senso comum que, na melhor das hipóteses, conclui que os governos e os políticos são todos iguais mesmo. Não poderão fazer nada muito diferente. Na pior das hipóteses ocorre a capitalização da extrema direita que aproveitam esse tipo de leitura para dizer que o governo de Jair Bolsonaro foi melhor já que não vimos tanta manifestação de insatisfação por parte dos docentes.

A inconsequência de certos discursos de alguns dirigentes sindicais e alguns comentaristas ignoram os enormes avanços que já tivemos com o governo Lula em diversas áreas, inclusive a nossa. É evidente que está muito distante do que gostaríamos, mas nem de longe justifica discursos tão radicalizados como se não víssemos diferença entre este governo e o anterior. Abrir brecha, a menor que seja, que leve a população a considerar que estamos diante de um governo que não faz nada muito diferente do que fez Jair Bolsonaro ou, pior, faz menos ainda, é um grave equívoco. E nossa trágica história recente não nos permite cometer esse erro novamente.

3.

Lucas Trentin Rech diz que o Andes representou melhor os docentes. Não tenho certeza. Demonstraram claramente que a greve era um fim em si mesmo, tanto que deu início à greve nacional antes de ter a adesão da maioria das universidades e sem um programa de reivindicações claro e preciso. Também não foram muito consequentes já que a pressão para obter um reajuste em 2024, demanda tão determinante na continuidade da greve, deveria ter se iniciado em 2023 e se valendo de diversas vias. Começando, inclusive, por envolver, ao menos, a bancada da Educação no Congresso. Em nenhum momento me pareceu que o movimento vinha num crescente, esgotando todas suas possibilidades e fortalecendo em nós, diretamente concernidos, a convicção de que a greve seria realmente inevitável.

Sobre a resposta à pergunta se estou preocupado com o quadro que a realidade nos coloca em termos de custeio e investimento nas IFES, é obvio que estou. E, digo, sem nenhuma demagogia, que estaria muito mais engajado na greve se ela estivesse, de fato, voltada para essas demandas. Reafirmo, se na primeira semana de greve o governo tivesse atendido nossa demanda por aumento salarial, nos termos demandados pelo Andes, já estaríamos em nossas salas com goteiras há quase dois meses. E sabe por quê?

Porque essa pauta, que é coadjuvante nesse momento, poderia ser conduzida e tensionada como protagonista sem o recurso à greve. Buscaríamos, como já fizemos no passado, outras formas de pressão que envolveria a participação dos reitores (como acaba de ocorrer com o anúncio de recursos para as universidades) e contaríamos com maior adesão dos discentes e seus familiares. Receio, aliás, que a greve com esse caráter corporativo dos técnicos e docentes mais diminuem essa pauta do que a fortalecem.

O meu colega acusa os professores de serem elitistas em função de evitarem as assembleias. Eu noto exatamente o contrário. Elitista são as direções que consideram que a única forma de dialogar com a base é submetê-la a este ritual arcaico que se transformaram as assembleias. São momentos de consagração de uma pequena elite cujos membros se revezam no esforço de hostilizar, ridicularizar e afugentar os colegas que apresentam posicionamentos divergentes. É quando parecem alcançar o auge da própria realização pessoal e de uma micro comunidade de iniciados. Nesses espaços é recorrente se escutar os veteranos expondo suas longas trajetórias de militância sindical para, em seguida, lamentarem que jovens recém-chegados tenham a petulância de quererem alterar os princípios de funcionamento da estrutura sindical há anos imutável.

Sinal também desse elitismo é que dos meus 14 anos de docência me lembro de apenas uma única vez um representante da Aduff ter solicitado um espaço na reunião do colegiado de meu instituto para, na condição de sindicalista, apresentar as ações do sindicato.

Desde o início do que me lembro ter sido minha iniciação à militância no campo das esquerdas, lá pelos meus 13/14 anos, quando participava das CEBs e da Pastoral da Juventude, eu já incorporava os rudimentos do princípio freiriano de que o conhecimento e a luta se constroem sempre com a base e a partir de uma práxis libertadora. Hoje vejo um sindicato que, ao contrário, parece estabelecer uma ruptura com a base.

O princípio do trabalho de base tão definidor do melhor sindicalismo e dos movimentos sociais mais combativos nunca

esteve no horizonte das direções que há várias gestões se sucedem no Andes e em diversas Ads. Vejo isso como sinal de um elitismo intelectual que descarta logo de saída a possibilidade de estabelecer uma relação com uma base que não está aberta apenas a ser influenciada, mas que também espera poder influenciar na compreensão, nas ações e nos rumos do movimento sindical. E me parece que é desse processo de ir até a base docente que emergirá um sindicato verdadeiramente forte e representativo.

4.

Sobre as assembleias, de cada uma que participo, só faz consolidar minha convicção já manifestada nos dois textos anteriores. Na última assembleia que participei (07/06) eu me apresentei à mesa que conduzia os trabalhos solicitando a permissão para ler a carta dos pais do Coluni-UFF, aquela que mencionei no texto anterior e que recebeu quase 250 assinaturas em um “abaixo assinado”. A primeira reação de uma pessoa que compunha a mesa foi a de recusar me conceder aquela oportunidade usando o argumento de que a assembleia era de docentes e, portanto, eu não poderia ler a carta dos pais sem antes passar pelo comando de greve. Me dizia isso no exato momento em que um discente do movimento estudantil usava o microfone para defender a greve na sequência de um representante dos técnicos que já tinha feito a mesma defesa.

Eu, docente da UFF e pai de uma criança do Coluni, não poderia usar aquele espaço porque a carta trazia ponderações dos pais contra a greve. Mesmo que depois a mesa tenha voltado atrás e me permitido a leitura (cujo conteúdo gerou reações desmedidas por parte dos grevistas), este gesto deixa evidente a concepção de que a assembleia não é um espaço estruturado e conduzido para ser o mais acolhedor das diferentes posições dos docentes (e mesmo abrir espaço para a ponderação de outros membros da comunidade universitária que são afetados pela greve). Parece sempre ser uma assembleia de docente grevistas e todos os demais docentes não passam de intrusos indesejáveis.

Nesse sentido, uma das cenas mais imaturas e ofensivas que vi nesses espaços ocorreu nessa última assembleia. Quando alguns docentes se retiravam do local logo após perderem a votação que decidiu pela continuidade da greve, uma significativa parte dos docentes que votaram pela greve se voltou contra aqueles cantando uma música de despedida num grosseiro tom de deboche.

E, o pior, com os dirigentes que conduziam os trabalhos rindo e emitindo sinais de aprovação daquela atitude bizarra. Um transe coletivo chocante. Sinto muito dizer, mas não consigo conceber que atitudes como essas sejam admitidas como normais e como expressão tolerável de um simples momento de exaltação. Não se trata da exacerbação das emoções, é desrespeito puro e simples.

Se está claro para todos nós que quem chega nessas assembleias, de um lado a outro, já chega convicto de suas posições (mesmo porque esses espaços, como já apontei, não estão previstos nem estruturados para construir posições de forma coletiva) poderiam, ao menos, evitar esse tipo de situação extremamente constrangedora e permitir que os docentes que não desejam participar da assembleia exercessem o seu direito de votar pelo fim ou pela continuidade da greve e se retirar.

Insisto, de novo, que ninguém, seja de direita ou de esquerda, assiste indiferente ao que temos visto em muitas Ads. Universidades enormes como a UFF, UFBA, UFMG, UFRRJ etc tomando decisões a partir de uma quantidade insignificante de professores. Ostentar que uma greve foi continuada ou interrompida por 150, 200, 250 professores é um fracasso para todo o movimento, é um sinal de derrota para o sindicato. Não consigo conceber de outra forma. Ver um dirigente comemorar, como fizeram aqui na UFF, a decisão de continuidade da greve por uma “imensa maioria” em uma assembleia de 260 docentes de um total de quase 3500 é para se constranger, não para se comemorar.

Aliás, está circulando um abaixo assinado^[1] preparado por docentes, sobretudo da UFBA e da UFF, contestando essa

a terra é redonda

dinâmica das assembleias. A descrição que o prof. Lucas faz da assembleia da UFBA não parece ter muito eco entre boa parte dos docentes daquela universidade que já aderiram em peso a esse abaixo assinado.

Meu colega me contesta e considera grave minha afirmação de que as greves prolongadas atingem mais fortemente o setor público. Numa rápida busca é possível encontrar estudos com dados estatísticos apontando que quase 90% das greves que duram mais de um mês está concentrada no setor público. De todo modo, para mim o mais importante não é o tempo de duração da greve. O que tenho insistido é na forma e no conteúdo desse processo de tomada de decisões em relação à greve. Se há o mínimo de coesão e representatividade, que, para mim, são dimensões que definem a força de um movimento, então o tempo de duração não será um aspecto tão determinante.

Por fim, também encerro minha participação nesse debate público sobre movimento sindical na expectativa de que algo do que trouxe nesses textos possa servir, ao menos, para alimentar alguma reflexão entre nós docentes e por parte de nossos dirigentes sindicais. Espero que estas questões não sejam esquecidas no intervalo que se seguirá até a próxima greve e que os sindicatos renovem seus métodos de ação de modo que, quando necessário novamente, possamos construir uma greve de fato forte e participativa.

Reforço meu agradecimento ao site **A Terra é Redonda** e ao meu interlocutor mais direto, o professor Lucas Trentin Rech. Agradeço também aos demais leitores que manifestaram suas críticas ou suas concordâncias com as questões que apresentei.

**Valter Lúcio de Oliveira é professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF).*

Nota

[i] “Pela participação de todos os docentes na deliberação sobre a greve”
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdx4IuhlPyuknAZ48i3XjMISQXSwa_ESzRPXVstLr0GzLuhvw/viewform

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA